

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.577 - CE (2018/0273657-8)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECORRIDO** : ESTADO DO CEARÁ  
**PROCURADOR** : PAULO DE TARSO CAVALCANTE ASFOR JUNIOR E OUTRO(S) - CE015603  
**INTERES.** : PAULO NASCIMENTO DE LIMA  
**ADVOGADOS** : AFONSO HENRIQUE DE LIMA CAMPOS TORRES - CE016340  
CELI ALIXANDRINO DE SANTA RITA - CE024631B

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, em 19/01/2018, com fundamento na(s) alínea(s) **a e c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. PMCE. EDITAL 01/2008. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 285-A, DO CPC/73. POSSIBILIDADE. CANDIDATOS QUE NÃO PREENCHERAM OS REQUISITOS DA PRIMEIRA FASE DO CERTAME. IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NA SEGUNDA FASE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

1- O autor ingressou com a presente ação, alegando fazer jus à vaga para a qual foi aprovado e habilitado no Concurso para o cargo de Soldado da Carreira de Praças da Polícia Militar (Edital 01/2008-PMCE). O feito foi julgado improcedente, com fulcro no art. 285-A, do CPC/73, com julgamento mantido em decisão ora agravada.

Em suas razões recursais, o recorrente alega a impossibilidade de aplicação do artigo 285-A, do CPC/73, eis que existente questão fática apta a obstar a aplicação do citado dispositivo, bem como inexistente similitude entre a decisão paradigma e o caso concreto.

2- Tem-se que, para que o candidato participasse da segunda etapa, era necessário atingir os dois critérios da primeira fase, quais sejam, nota mínima e classificação. In casu, o autor obteve 53 (cinquenta e três) pontos na primeira fase, atendendo o disposto no item 7.1.3, referente à nota mínima. No entanto, obteve a classificação na 21.613ª posição, não atingindo a classificação determinada no item 8.3, de que participariam da segunda etapa os candidatos aprovados na prova objetiva e classificados até o 2.850º lugar, se do sexo masculino.

3- Posteriormente, a Administração Pública decidiu estender a

classificação até a posição 5.225ª, referente à prova objetiva, para convocação da 2ª Turma do Curso de Formação Profissional (Edital 138/2009) e homologou o resultado final do aludido concurso (Edital 58/2010). Dessa forma, o autor atingiu a nota mínima, mas não a classificação prevista no Edital, eis que ficou na 21.613ª posição, não atendendo nem mesmo a convocação para a 2ª Turma do Curso de Formação Profissional.

4- Portanto, não tendo atingido o critério da classificação determinado pela Administração Pública, inclusive para a convocação para a 2ª Turma do Curso de Formação, ou seja, não tendo alcançado os critérios da primeira fase, não há que se falar na possibilidade de prosseguir no concurso público, bem como em afronta aos princípios da isonomia e impessoalidade, podendo ser aplicado o art. 285-A, do CPC/73, eis que a questão tratada é unicamente de direito, que o processo paradigma trata de caso idêntico (candidato que não preencheu os requisitos necessários na primeira fase do certame e que buscava o direito de prosseguir no concurso) e que a sentença paradigma foi de total improcedência.

5- Recurso conhecido e improvido. Decisão Unânime" (fls. 330/342e).

Nas razões do Recurso Especial, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação do **art. 285-A, do CPC/73**, em razão da "impossibilidade de aplicação do artigo 285-A do CPC/73 no presente caso, uma vez que as decisões proferidas desconsideraram a existência de questão fática e controvertida acerca do pleito autoral, no que tange ao pedido de danos morais e materiais, em razão de o postulante, mesmo que por curto período de tempo, ter laborado para a Polícia Militar, sem receber qualquer remuneração durante o citado lapso temporal, além de não se observar, na presente hipótese, a existência de caso idêntico apto a ensejar a improcedência da demanda, nos moldes previstos no mencionado artigo. (...) Em relação a aplicação do art. 285-A, do CPC/73, sua utilização é condicionada ao preenchimento de duas hipóteses: sentença de total improcedência proferida no juízo em caso idêntico e questão unicamente de direito. Sem o cumprimento destes, tal medida, de cunho apenas excepcional, passa a ser ilegal. Nesse sentido, a sentença utilizada como paradigma para decidir a presente questão não possui as mesmas peculiaridades fáticas do caso concreto, não cabendo, portanto, a aplicação do art. 285-A do CPC/73, como fundamento de que a matéria envolveria somente questões de direito. As demandas, mesmo que se relacionem ao mesmo edital, requerendo pedidos semelhantes, não são idênticas. Compulsando os fólios processuais, percebe-se que o candidato autor da ação utilizada como paradigma sequer obteve a nota mínima necessária na primeira fase para que pudesse pleitear a participação nas outras fases do certame. Já no caso em foco, o candidato Paulo Nascimento de Lima, autor da presente ação, obteve a pontuação mínima necessária na

primeira etapa (53 pontos dos 42 exigidos pelo edital). Dessa forma, vê-se que a Colenda Câmara não observou os requisitos necessários para a aplicação do referido artigo, tendo em vista que o Juízo de primeiro grau apresentou uma decisão incabível para ser utilizada como paradigma" (fls. 349/361e).

Por fim, requer "que o Egrégio Superior Tribunal de Justiça digne-se de conhecer e dar provimento ao presente Recurso Especial, com vistas à reforma do acórdão de fls. 37/45 (dos autos do agravo interno), prolatado pelo Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para o fim de que seja reconhecida a ofensa ao artigo 285-A, da Lei nº 5.869/73 (CPC/73)" (fl. 361e).

Contrarrazões a fls. 366/372e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 374/375e).

**A irresignação não merece conhecimento.**

No caso dos autos, o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, reconheceu a aplicabilidade, na espécie, do disposto no art. 285-A, do CPC/73, eis que a questão tratada seria unicamente de direito, bem como que o processo paradigma trataria de caso idêntico, vejamos:

"Compulsando os autos, cujos documentos são suficientes para o deslinde da questão, observo que o magistrado de primeiro grau julgou o presente caso conforme a sentença prolatada no Processo n. 0138069-50.2012.8.06.0001/0, no qual o autor também participou do concurso em comento, obtendo nota de 35,5 (trinta e cinco vírgula cinco) pontos. **O promovente, no caso paradigma, também buscava a declaração de seu direito de permanecer no certame, em igualdade de condições com os demais candidatos, dentro e na ordem de sua classificação, fazendo jus à vaga para a qual foi aprovado e habilitado.**

A sentença paradigma foi baseada nos fundamentos de que o Edital vincula a Administração Pública e os candidatos inscritos, bem como nos critérios estabelecidos no Edital, referentes à habilitação do candidato à segunda etapa do certame. Verifico que a diferença existente nos dois casos é apenas referente à nota obtida pelos candidatos, mas que não modifica os fundamentos utilizados pelo magistrado, tendo em vista que o critério de nota não era suficiente para que o candidato participasse da segunda etapa.

No caso paradigma, o autor não atingiu os dois critérios exigidos na primeira fase e, no caso em análise, o autor atingiu apenas a nota, não alcançando o segundo critério. **Dessa forma, o que importa é que não foi atingido o exigido no Edital para que houvesse a continuidade de ambos os candidatos no certame na segunda fase, podendo ser aplicado, portanto, o art. 285-A, do CPC/1973. Senão vejamos.**

Primeiramente, cumpre salientar que o edital é a lei do concurso

público, no qual a Administração Pública tem o poder discricionário, de acordo com sua oportunidade e conveniência, de adotar os requisitos exigidos para o provimento do cargo público. Ademais, muito embora o Poder Público seja orientado pela discricionariedade, está vinculado aos princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade. Nesse esteio, os candidatos devem cumprir todas as fases dispostas no edital para lograrem êxito na aprovação do concurso público. No caso de não cumprimento, não há como o Poder Judiciário, em regra, intervir, mas apenas excepcionalmente, quando constatada alguma ilegalidade ou afronta aos princípios constitucionais.

O Edital 01/2008 determina que o concurso em comento consta de três etapas, sendo a primeira uma prova objetiva, a segunda composta de inspeção de saúde e a terceira composta de Curso de Formação Profissional (item 1.3, do Edital, às fls. 33).

O item 7.1.3 do Edital, às fls. 41, informa que estaria eliminado do concurso quem obtivesse nota menor que 42,0 (quarenta e dois) pontos na prova objetiva. O item 7.1.4.1 determina que os candidatos não eliminados pela nota serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final na prova objetiva, composta da soma algébrica das notas obtidas em todos os itens que a compõem. Assim, para prosseguir na segunda etapa, o candidato deveria atender aos requisitos da primeira etapa (nota e classificação).

Conforme os itens 8.2 e 8.3 do Edital, participariam da segunda etapa os candidatos aprovados na prova objetiva e classificados até o 2.850º lugar, se do sexo masculino, e até o 150º lugar, se do sexo feminino, respeitados os empates na última posição. Por fim, o item 8.3.1 informa que o candidato não convocado para a segunda etapa estará automaticamente eliminado do concurso e não receberá classificação alguma.

Pois bem. In casu, o autor obteve 53 (cinquenta e três) pontos na primeira fase (fls. 23), atendendo o disposto no item 7.1.3. No entanto, obteve a classificação na 21.613ª posição, não atingindo a classificação determinada no item 8.3, conforme declaração da FUNECE, às fls. 23 dos autos.

A Administração Pública decidiu, posteriormente, estender a classificação até a posição 5.225ª, referente à prova objetiva, para convocação da 2ª Turma do Curso de Formação Profissional, nos termos do Edital 138/2009, às fls. 54, e homologou o resultado final do aludido concurso, consoante o Edital 58/2010, às fls. 52.

Dessa forma, o autor atingiu a nota mínima, mas não a classificação prevista no Edital, eis que ficou na 21.613ª posição, conforme documento juntado pelo próprio candidato e originado da FUNECE. A classificação atingida pelo candidato não atenderia nem mesmo a convocação para a 2ª Turma do Curso de Formação Profissional,

bem como o preenchimento das vagas informadas em sua peça recursal, referentes ao Extrato de Dispensa de Licitação 005/2011, que dava conta da existência de mais três mil vagas para soldados. Não tendo o recorrente atingido os dois critérios para habilitação na segunda etapa, não há que se falar em declaração do direito do autor em realizar todas as etapas do concurso, eis que não passou na primeira etapa.

Registro que o Edital determina um perfil mínimo para que o candidato participe da segunda etapa, tendo em vista a necessidade de atingimento da nota de corte, bem como de atendimento à ordem de classificação elencada no item 8.3, já mencionado acima. É a chamada “cláusula de barreira”. O promovente não atingiu o mínimo necessário para prosseguir na segunda fase do concurso, segundo os critérios estabelecidos pela administração pública. Admitir que todos os candidatos que não atingiram a classificação possam prosseguir na segunda fase seria o mesmo que desobedecer as normas editalícias, já que a nota de corte seria desconsiderada. O STF se manifestou acerca da constitucionalidade da cláusula de barreira, senão vejamos (grifei):

(...)

Portanto, não tendo atingido o critério determinado pela administração pública, inclusive para a convocação para a 2ª Turma do Curso de Formação, não há que se falar na possibilidade de se prosseguir no concurso público, bem como em afronta aos princípios da isonomia e impessoalidade.

(...)

Ressalto que, independentemente da quantidade de cargos existentes, não há obrigatoriedade da Administração ampliar o número de convocados para a segunda fase do certame, uma vez que cabe à Administração, por meio de sua discricionariedade, verificar quantos candidatos são necessários no momento, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e com a situação do Estado. Foi o que aconteceu quando convocou candidatos para a 2ª Turma do Curso de Formação, não sendo possível a participação do autor em virtude de sua classificação.

**Assim, restaram preenchidos os requisitos para a aplicação do art. 285-A, do CPC/73, eis que a questão tratada é unicamente de direito, bem como que o processo paradigma trata de caso idêntico (candidato que não preencheu os requisitos necessários na primeira fase do certame e que buscava o direito de prosseguir no concurso), com a sentença paradigma de total improcedência" (fls. 330/342e).**

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter

sua procedência verificada mediante o **necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.**

Nesse sentido, assim já decidiu esta Corte, **in verbis:**

"ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS A EVITAR ACIDENTES NATURAIS EM ÁREAS DE RISCO. APLICAÇÃO DO ART. 285-A DO CPC/73. **VIOLAÇÃO DO ART. 285-A DO CPC/73. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

I - **Havendo o Tribunal de origem, com base no acervo fático-probatório dos autos, entendido que a matéria controvertida não é unicamente de direito, de modo a possibilitar o julgamento antecipado da lide com fundamento no art. 285-A do Código de Processo Civil de 1973, a inversão do julgado implicaria, necessariamente, no reexame das provas carreadas aos autos, o que é vedado na instância especial ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.** Precedentes: AgRg no AREsp 807.158/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 19/5/2016, DJe 2/6/2016; AgRg no AREsp 804.313/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 15/12/2015, DJe 4/2/2016; e, AgRg no REsp 1458596/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 27/10/2015, DJe 9/11/2015.

II - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.446.267/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/08/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **APLICAÇÃO DO ART. 285-A. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. NECESSIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.**

1. **Ultrapassar o entendimento adotado pelo colegiado de origem, no sentido de que não se aplica, na presente hipótese, o disposto no art. 285-A do CPC, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede de recurso especial, conforme disposto na Súmula 7 desta Corte. Precedentes.**

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 804.313/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 04/02/2016).

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ART. 535, I, DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. **APLICAÇÃO DO ART. 285-A DO CPC. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

(...)

2. O acórdão recorrido, com base na análise de elementos fáticos e probatórios e constantes dos autos, consignou a aplicabilidade do art. 285-A do CPC para o julgamento liminar de improcedência, uma vez que a demanda tem objeto idêntico ao caso paradigma apontado pelo julgador.

3. Assim, o eventual conhecimento do presente especial, no ponto, demandaria o reexame fático-probatório da questão versada nos autos, labor que, como de sabença, é interditado a esta Corte Superior na via especial. Não é outra a inteligência do verbete sumular n.º 07 deste Superior Tribunal de Justiça: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 431.923/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/02/2014).

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL. EXTENSÃO DE GRATIFICAÇÃO. **ART. 285-A DO CPC. APLICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. OFENSA À LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF.**

1. Não cabe, na via especial, a revisão das premissas fáticas de julgamento. Na espécie, a Corte de origem concluiu pela existência das condições para decidir a lide com base no art. 285-A do Código de Processo Civil.

2. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, analisar suposta ofensa à lei local.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 411.037/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/02/2014).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CARREIRA DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA À SAÚDE. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL. EXCLUSIVA PARA A CARREIRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA

FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. NECESSIDADE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

(...)

3. **Hipótese em que o Tribunal de origem, com amparo nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela existência das condições para decidir a lide com base no art. 285-A do Código de Processo Civil. A revisão desse entendimento implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ.** Precedente: AgRg no ARESP 343.052/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 5.8.2013.

4. A agravante reitera, em seus memoriais, as razões do Agravo Regimental, não apresentando nenhum argumento novo.

5. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 400.847/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/12/2013).

Nessa linha, foi o bem lançado parecer do **Parquet** Federal, da lavra do Subprocurador-Geral da República, Dr. MARIO JOSÉ GISI, que peço vênias para transcrever:

"O REsp, embora tempestivo, não infirma os fundamentos da decisão impugnada. Busca-se tão somente rediscutir o que foi rechaçado face o enunciado da Súmula nº 07/STJ

Como visto, se extrai das razões recursais, a insurgência à improcedência da ação, aduzindo o ora Recorrente a inadequada aplicação do artigo 285-A, do CPC/73, eis que presente questão fática apta a obstar a aplicação do referido dispositivo legal, assim como ausência de similitude entre a decisão paradigma e a presente lide.

**Entretanto, o eventual acolhimento das referidas teses não passaria ao largo de nova incursão – e dilação – do caderno probatório, em especial para desconstituir as premissas assentadas pelo Tribunal a quo de que o caso em tela se amolda plenamente a regra estabelecida no artigo 285-A, do CPC/73; à propósito, confira-se os fundamentos delineados no acórdão combatido (grifo nosso) (e-STJ fls. 337/342):**

'Compulsando os autos, cujos documentos são suficientes para o deslinde da questão, observo que o magistrado de primeiro grau julgou o presente caso conforme a sentença prolatada no Processo n. 0138069-50.2012.8.06.0001/0, no qual o autor também participou do concurso em comento, obtendo nota de 35,5 (trinta e cinco vírgula cinco) pontos. O promovente, no caso paradigma, também buscava a declaração de seu direito de permanecer no certame, em igualdade de condições com os



demais candidatos, dentro e na ordem de sua classificação, fazendo jus à vaga para a qual foi aprovado e habilitado.

A sentença paradigma foi baseada nos fundamentos de que o Edital vincula a Administração Pública e os candidatos inscritos, bem como nos critérios estabelecidos no Edital, referentes à habilitação do candidato à segunda etapa do certame. Verifico que a diferença existente nos dois casos é apenas referente à nota obtida pelos candidatos, mas que não modifica os fundamentos utilizados pelo magistrado, tendo em vista que o critério de nota não era suficiente para que o candidato participasse da segunda etapa.

No caso paradigma, o autor não atingiu os dois critérios exigidos na primeira fase e, no caso em análise, o autor atingiu apenas a nota, não alcançando o segundo critério. Dessa forma, o que importa é que não foi atingido o exigido no Edital para que houvesse a continuidade de ambos os candidatos no certame na segunda fase, podendo ser aplicado, portanto, o art. 285-A, do CPC/1973. Senão vejamos.

[...]

Pois bem. In casu, o autor obteve 53 (cinquenta e três) pontos na primeira fase (fls. 23), atendendo o disposto no item 7.1.3. No entanto, obteve a classificação na 21.613ª posição, não atingindo a classificação determinada no item 8.3, conforme declaração da FUNECE, às fls. 23 dos autos.

A Administração Pública decidiu, posteriormente, estender a classificação até a posição 5.225ª, referente à prova objetiva, para convocação da 2ª Turma do Curso de Formação Profissional, nos termos do Edital 138/2009, às fls. 54, e homologou o resultado final do aludido concurso, consoante o Edital 58/2010, às fls. 52.

Dessa forma, o autor atingiu a nota mínima, mas não a classificação prevista no Edital, eis que ficou na 21.613ª posição, conforme documento juntado pelo próprio candidato e originado da FUNECE. A classificação atingida pelo candidato não atenderia nem mesmo a convocação para a 2ª Turma do Curso de Formação Profissional, bem como o preenchimento das vagas informadas em sua peça recursal, referentes ao Extrato de Dispensa de Licitação 005/2011, que dava conta da existência de mais três mil vagas para soldados. Não tendo o recorrente atingido os dois critérios para habilitação na segunda etapa, não há que se falar em declaração do direito do autor em realizar todas as etapas do concurso, eis que não passou na primeira etapa.

[...]

Ressalto que, independentemente da quantidade de cargos

existentes, não há obrigatoriedade da Administração ampliar o número de convocados para a segunda fase do certame, uma vez que cabe à Administração, por meio de sua discricionariedade, verificar quantos candidatos são necessários no momento, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e com a situação do Estado. Foi o que aconteceu quando convocou candidatos para a 2ª Turma do Curso de Formação, não sendo possível a participação do autor em virtude de sua classificação.

Assim, restaram preenchidos os requisitos para a aplicação do art. 285-A, do CPC/73, eis que a questão tratada é unicamente de direito, bem como que o processo paradigma trata de caso idêntico (candidato que não preencheu os requisitos necessários na primeira fase do certame e que buscava o direito de prosseguir no concurso), com a sentença paradigma de total improcedência.”

Dessa forma, **considerando a fundamentação do acórdão objeto do nobre Apelo, os argumentos utilizados pelo Órgão Ministerial somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame dos fatos e das provas constantes nos autos, procedimento incabível nas vias excepcionais, a teor do que dispõe o enunciado nº 07 da súmula dessa Corte**” (fls. 390/398e).

Por fim, no tocante ao dissídio jurisprudencial, cumpre asseverar que, consoante jurisprudência do STJ, **a análise do dissídio fica prejudicada em razão da aplicação da Súmula 7/STJ**, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 16.879/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/04/2012; AgRg no Ag 1.126.375/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 13/04/2012.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ (“Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC”), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**

Relatora

